



Editorial

POLÊMICAS

Opiniões, antes da decantação

A VITÓRIA DA CANDIDATURA do Rio de Janeiro para ser a sede da Olimpíada de 2016 despertou até agora, de maneira desproporcional, mas natural, uma discussão muito mais política do que esportiva. O Brasil conquistou ou não a sua cidadania de Primeiro Mundo, como disse o presidente Lula? Haverá ou não uma farra com o dinheiro público? A oportunidade de se combater mazelas relacionadas à segurança e ao sistema de transporte será ou não aproveitada? O debate dividiu a opinião pública entre dois times (ou partidos) claros: o dos otimistas, que põem em primeiro plano a evidente boa notícia e o fato a ser comemorado, e a turma dos céticos e dos críticos ferrenhos, que suspeitam até da circularidade dos anéis olímpicos.

A clivagem é apenas aparentemente relacionada ao tema em questão – a organização de uma Olimpíada no Brasil. Extrapola estes limites e revela o seu conteúdo eminentemente político. Cria-se uma situação e uma oposição, cujo alinhamento corresponde às fronteiras delineadas no arranjo partidário nacional. Algo semelhante ocorre com o impasse enfrentado em outro terreno, o da diplomacia, no imbróglio em Honduras. A distribuição de opiniões não é aleatória. Ser favorável ou contra depende do lado em que se está no dissenso fundamental na arena política: no status quo ou fora dele. A diferença é que se em relação aos Jogos de 2016, Lula e seus parceiros são gerenciadores de uma oportunidade que contém riscos; em Honduras, são administradores de uma crise que embute oportunidades.

Ser otimista ou pessimista, neste sentido, está intrinsicamente ligado a adesões a um quadro de referência prévio. É evidente que nem tudo pode ser reduzido a alinhamentos automáticos. Estes podem ser revertidos diante da força dos fatos e dos fatores conjunturais.

Ou do gerenciamento conjunto das oportunidades e crises. Se ambas as hostes, pela alternância no poder, são obrigadas a enfrentar os desafios inerentes demandados pela sociedade, há menos espaço para discussões inférteis sobre o sexo dos anjos. É o que ocorre com o apoio, hoje quase consensual, a certos protocolos na área econômica e aos programas na área de educação e de proteção social.

Por exemplo, Bolsa Família e projetos de educação básica (orientados pelo Ideb, o índice que serve de base para a área) são programas não mais de partidos, mas da sociedade. Iniciadas ainda que com outras nomenclaturas nos anos FHC, políticas públicas essenciais foram turbinadas e a elas se juntaram outras nos últimos anos. Não à toa, com seu peculiar faro político, Lula já anunciou sua intenção de criar uma lei para juntar todas as políticas sociais, numa espécie de Consolidação das Leis Sociais.

O projeto é mais do que pertinente e só reafirma a recente vocação brasileira na produção de tecnologia social. O Bolsa Família, antes criticado, hoje é exportado para Nova York, Índia e países da América Latina, entre os quais o México. É um programa que usa 4% do PIB e atinge 25% da população. Diante desses dados, o economista da FGV Marcelo Neri, em entrevista recente ao **JB**, se perguntou: como podemos ser contra o Bolsa Família?

Não fossem os ânimos quentes e a falta da devida decantação, questões a respeito de assuntos da ordem do dia (como ser contra receber uma Olimpíada?; como ser contra a democracia em Honduras? etc) teriam a mesma resposta.